



Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura: confrontando as barbáries do capital no século XXI

**Rodrigo Moreno Marques
Manoel Dourado Bastos
(orgs.)**



União Latina de Economia
Política da Informação,
Comunicação e da Cultura
SEÇÃO BRASIL

**Economia Política da
Informação, da Comunicação
e da Cultura: confrontando
as barbáries do capital no
século XXI**

Edições ULEPICC-Brasil

Conselho editorial

Manoel Dourado Bastos

Verlane Aragão Santos

César Ricardo Siqueira Bolaño

Anderson David Gomes dos Santos

Rodrigo Moreno Marques

Comitê Científico AD HOC

César Ricardo Siqueira Bolaño

Ivonete da Silva Lopes

Jonas C. L. Valente

Juliana Fernandes Teixeira

Marco Schneider

Murilo César Ramos

Rozinaldo Miani

Verlane Aragão Santos

Rodrigo Moreno Marques

Manoel Dourado Bastos

(Organizadores)

**Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura:
confrontando as barbáries do capital no século XXI**

Autores:

Adilson Vaz Cabral Filho

Alain Herscovici

Anderson David Gomes dos Santos

Arthur Coelho Bezerra

Bianca Rihan

Carlos Leonor Lourenço de Souza Filho

Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho

César Ricardo Siqueira Bolaño

Chalini Torquato

Cristiano Anunciação

Daniella Alves de Melo

Edvaldo Carvalho Alves

Fernando José Reis de Oliveira

Gabriela Andrietta

Jaqueline Suarez Bastos

Jonas C. L. Valente

Jonathan da Silva Souza

José Raphael Sette

Josir Cardoso Gomes

Juliana Ferreira Marques

Kátia Morais

Lia Calabre

Manoel Dourado Bastos

Marcelo Rangel

Marcos Francisco Urupá Moraes de Lima

Marta Alencar

Octavio Penna Pieranti

Patrícia Maurício

Paulo Emílio Matos Martins

Pedro Aguiar

Raíssa Sales de Macedo

Raquel de Queiroz Almeida

Rayane Silva Rocha

Rodrigo Moreno Marques

Rozinaldo Antonio Miani

Vívian Maria Corneti de Lima

Copyright © 2022 dos(as) autores(as).

Os conteúdos dos capítulos deste livro são de inteira responsabilidade dos(as) respectivos(as) autores(as).

Projeto gráfico
Ulepigg-Brasil

Editoração eletrônica
Ulepigg-Brasil

Capa
Rodrigo Moreno Marques

Imagem da capa
Fragmento da pintura *O Triunfo da Morte* (1562) de Pieter Bruegel, o Velho.
Disponível em: <https://www.museodelprado.es>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

E56	<p>Encontro da ULEPICC Brasil - (União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura – Capítulo Brasil (VIII. : 2020: online)</p> <p>Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura: [recurso eletrônico] : confrontando as barbáries do capital no século XXI / Rodrigo Moreno Marques; Manoel Dourado Bastos (Organizadores). – Dados eletrônicos. – São Cristóvão (SE): ULEPICC-Brasil. 2022.</p> <p>483 p. : il. E-book. Inclui referências. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-65-88480-06-9</p> <p>1. Economia Política. 2. Capitalismo. 3. Informação. 4. Comunicação. 5. Cultura I. Marques, Rodrigo Moreno. II. Dourado, Manoel Dourado.</p> <p>CDU: 330.342.14</p>
-----	---

Ficha catalográfica elaborada por Flávia Virgínia Melo Pinto - CRB6 3018

ULEPICC- Brasil

NUPEC/UFS - Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, S/N,
Polo de Novas Tecnologias, Jardim Rosa Elze
CEP 49100-000, São Cristóvão (Sergipe)
<https://ulepicc.org.br>

Agradecimentos

Esta publicação é fruto do VIII Encontro da ULEPICC-Brasil (União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, Capítulo Brasil), evento online ocorrido de 12 a 23 de outubro de 2020. O livro é, portanto, o resultado de um esforço coletivo da diretoria da ULEPICC-Brasil (2018-2020), composta por Anderson David Gomes dos Santos, William Dias Braga, Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho, Júlio Arantes Azevedo, Manoel Dourado Bastos, Patrícia Maurício, Francisco Urupá Moraes de Lima, bem como dos(as) coordenadores(as) de GTs da instituição que, naquela ocasião, eram: Murilo César Ramos, Rozinaldo Miani, Jonas C. L. Valente, Verlane Aragão Santos, Juliana Fernandes Teixeira, César Ricardo Siqueira Bolaño, Marco Schneider e Ivonete da Silva Lopes.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

<i>Rodrigo Moreno Marques</i>	
<i>Manoel Dourado Bastos</i>	10

PREFÁCIO

<i>Anderson David Gomes dos Santos</i>	12
--	----

POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

A presença do capital transnacional na (re)formulação da política audiovisual no Brasil: questões centrais em disputa

<i>Kátia Morais</i>	15
---------------------------	----

A Radiodifusão como um negócio: um olhar sobre a gestão do Código Brasileiro de Telecomunicações

<i>Octavio Penna Pieranti</i>	
<i>Paulo Emílio Matos Martins</i>	30

COMUNICAÇÃO POPULAR, ALTERNATIVA E COMUNITÁRIA

Comunicação alternativa a quê? A agenda que nos move e da qual não fazemos parte

<i>Jaqueline Suarez Bastos</i>	
<i>Adilson Vaz Cabral Filho</i>	46

Comunicação popular e comunitária e economia política da comunicação: diálogos possíveis

<i>Rozinaldo Antonio Miani</i>	65
--------------------------------------	----

Comunicação, improviso e poder: desvendando a cidadania digital de pessoas com deficiência física

<i>Vívian Maria Corneti de Lima</i>	83
---	----

INDÚSTRIAS MIDIÁTICAS

Redes sociais, plataformas e apropriação do tempo livre: crítica à teoria do trabalho digital não pago e suas consequências absurdas

<i>Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho</i>	102
--	-----

Regulação de plataformas digitais: mapeando o debate internacional

<i>Marcos Francisco Urupá Moraes de Lima</i>	
<i>Jonas C. L. Valente</i>	129

Impactos da ideologia empreendedora e plataformizada na reconfiguração da produção de notícias

<i>Patrícia Maurício</i>	
<i>Raquel de Queiroz Almeida</i>	146

POLÍTICAS CULTURAIS E ECONOMIA POLÍTICA DA CULTURA

Notas sobre os conceitos de cultura e criatividade em Celso Furtado

César Bolaño

Marcelo Rangel.....166

Cultura, desenvolvimento e políticas culturais: algumas questões em diálogo com o pensamento de Celso Furtado

Lia Calabre.....177

A digitalização das salas de cinemas da argentina e do México: uma comparação com o processo brasileiro

Gabriela Andrietta.....194

Criatividade e desenvolvimento regional: análise da dinâmica do emprego nos segmentos da economia criativa no território litoral sul da Bahia

Jonathan da Silva Souza

Fernando José Reis de Oliveira.....204

ECONOMIA POLÍTICA DO JORNALISMO

A pesquisa brasileira em jornalismo: história e institucionalização

Cristiano Anunciação.....231

Economia política das agências de notícias: noções estruturantes e metodologia de pesquisa

Pedro Aguiar.....245

Modelos de negócios das agências de *fact-checking* Lupa e Aos Fatos: a terceirização da credibilidade jornalística

Marta Alencar.....264

TEORIA E EPISTEMOLOGIA DA ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA

Um diálogo em torno das teorias do valor, da crítica da economia política e da comunicação

César Bolaño

Alain Herscovici.....281

Debatendo algumas bases epistemológicas da EPC no contexto de crise da reestruturação produtiva do capital

Manoel Dourado Bastos.....295

Intelecto geral: origem e superação de um equívoco de Karl Marx

Rodrigo Moreno Marques.....312

ESTUDOS CRÍTICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Estratégia política e ideológica: as *fake news* como práticas informacionais de desinformação

Juliana Ferreira Marques

Daniella Alves de Melo

Edvaldo Carvalho Alves.....342

Ditadura empresarial-militar, desinformação e neoliberalismo: permanências no movimento histórico brasileiro

Bianca Rihan

José Raphael Sette.....360

Os mercadores do templo: atuação de igrejas evangélicas no financiamento de campanhas eleitorais em 2018 no Brasil

Josir Cardoso Gomes

Arthur Coelho Bezerra.....377

ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE IDENTIDADE, GÊNERO E RAÇA

Gênero, mídia, subversões normativas e Economia Política da Comunicação: reflexões para uma aproximação teórica decolonial

Chalini Torquato.....392

Narrativas conservadoras no Fala Que Eu Te Escuto: questões de gênero, raça e classe

Raíssa Sales de Macêdo.....409

ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA: ANÁLISES DO CAMPO

Crítica da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura: Desafios estruturais e epistemológicos da EPC no Brasil

Anderson David Gomes dos Santos.....426

A produção brasileira nos congressos da Ulepicc: análise quantitativa do evento de Quilmes-2013

Anderson David Gomes dos Santos

Carlos Leonor Lourenço de Souza Filho

Rayane Silva Rocha.....442

Panorama da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPC) e suas contribuições para o estudo da comunicação, da cultura e da mídia: Um olhar para o enfoque da Região Sul da Bahia

Fernando José Reis de Oliveira.....457

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS.....473

Introdução

Karl Marx, no excerto chamado *Fragmento sobre as máquinas*, pertencente aos manuscritos conhecidos como os *Grundrisse* (MARX, 2011), levanta a possibilidade de uma reconfiguração futura do universo do trabalho, quando ele não seria mais dominado pela lei do valor, especialmente diante das atividades em que predomina o emprego do conhecimento coletivo, que o autor designa *intelecto geral*.³ Ao apresentar esse exercício de reflexão, Marx antevê que, com o desenvolvimento da grande indústria e com o avanço da automação industrial, a criação de riqueza iria depender menos do tempo de trabalho empregado nos processos produtivos e passaria a depender mais da capacidade dos trabalhadores, do avanço da ciência e da sua aplicação à produção. Diante dessa perspectiva, Marx argumenta que a produção baseada no valor de troca desmoronaria, ou seja, o modo de produção capitalista iria ruir. Portanto, Marx vislumbra um cenário em que o conhecimento e o avanço tecnológico adquirem um potencial libertador que colocaria em xeque a dominação do capital.

Apesar de Marx jamais ter empregado novamente a expressão *intelecto geral* ou desenvolvido esse exercício especulativo, essa passagem tem fomentado instigantes e controversos debates na arena da Economia Política. Publicado pela primeira vez em Moscou em 1939 e, depois, em Berlim em 1953, nos anos 1960 esse excerto sobre as máquinas ganhou projeção a partir da sua divulgação pelo movimento italiano *operaísta*, também conhecido como movimento *autonomista*. Desde então, esse fragmento tem sido objeto de diferentes interpretações e debates

¹ A pesquisa recebeu financiamento da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação e Cultura. Este texto foi originalmente publicado na revista *Trabalho & Educação*, v. 31, n. 1, 2022.

² Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de Teoria e Gestão da Informação, na ECI (UFMG), em Belo Horizonte (MG). E-mail: rodrigomorenomarques@yahoo.com.br

³ No manuscrito, Marx registra o termo em inglês “*general intellect*” (2011, p. 589).

calorosos (BOLAÑO, 2007; PASQUINELLI, 2019; PRADO, 2014; VIRNO, 1990).

O intelecto geral de Marx será meu ponto de partida para a discussão apresentada neste capítulo, cujos objetivos são: (i) analisar a controversa hipótese acerca do intelecto geral que Marx registra nos *Grundrisse*; (ii) apresentar a origem da expressão intelecto geral, que data do começo do século XIX, décadas antes do seu registro nesse manuscrito; e (iii) revelar como Marx supera aquela interpretação alguns anos depois, ao expor suas conclusões sobre o papel da ciência e da técnica nos processos de produção capitalistas.

Este capítulo está estruturado em seis seções. Após a introdução, apresento os *Grundrisse* e discuto algumas passagens do *Fragmento sobre as máquinas*, que estão articuladas com a noção de intelecto geral.

A terceira seção aborda a origem da noção de intelecto geral. Conforme aponta Pasquinelli (2019), a expressão tem sua origem no contexto do debate público que ficou conhecido como *Questão da Maquinaria*, ocorrido na Inglaterra nas primeiras décadas do século XIX. Naquela ocasião, diante da substituição massiva de trabalhadores por máquinas industriais, surge a campanha *Marcha do Intelecto*, que defendia a expansão da educação das massas para melhor qualificar os trabalhadores.

Na seção seguinte, evidencio como Marx, a partir do começo da década de 1860, ao analisar o papel do conhecimento e da tecnologia na produção capitalista, abandona aquelas especulações sobre o intelecto geral em favor de uma interpretação mais realista das contradições aí presentes. O conhecimento e a técnica deixam de ser apresentados como instrumentos de emancipação da classe trabalhadora e assumem um caráter alienado e estranhado.

Na sequência, discuto o argumento de Michael Heinrich (2013), segundo o qual a ideia de intelecto geral é adotada por Marx (2011) numa tentativa de decifrar o chamado enigma de Quesnay. Se na ocasião da redação dos *Grundrisse*, Marx ainda não dominava plenamente o complexo categorial necessário para elucidá-lo, alguns anos depois ele apresentará sua resposta para aquele mistério. Nessa seção do capítulo, apresento uma série de evidências, extraídas de textos de Marx, que confirmam a interpretação de Heinrich.

Por fim, abordo uma problemática aproximação que Pasquinelli (2019) estabelece entre o trabalhador coletivo e o intelecto geral, aproximação essa que leva

o filósofo italiano a concluir que Marx teria abandonado a noção de intelecto geral e adotado a categoria trabalhador coletivo por motivações políticas.

Os *Grundrisse* e o intelecto geral

O manuscrito intitulado *Esboços da Crítica da Economia Política (Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie)*, conhecido como os *Grundrisse*, foi produzido por Marx nos anos 1857 e 1858, quase dez anos antes da publicação do *Livro I* de *O Capital*. Nesse manuscrito, o autor registra o alcance das suas pesquisas no campo da Economia Política depois de transcorrida uma década e meia desde que ele iniciara seus estudos econômicos com o objetivo de revelar “a anatomia da sociedade civil” (MARX, 2003, p. 4), ou seja, os fundamentos da sociedade burguesa moderna e “o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação” (MARX, 2013, p. 78).

Nos anos que se sucederam à sua chegada a Londres como exilado em 1849, a vida de Marx é marcada por articulações políticas e pelo trabalho de redação de artigos para o periódico *New York Daily Tribune*. Se por um lado essa atividade profissional lhe reduzia as severas dificuldades financeiras em que vivia na ocasião, por outro lado, essa ocupação o impedia de aprofundar as pesquisas que ele havia iniciado em 1850 na biblioteca do Museu Britânico. Em 1856, o recebimento de uma herança da mãe de Jenny, esposa de Marx, trouxe para a família um momentâneo alívio econômico e permitiu que Marx retomasse com afinco suas pesquisas, que vinham sendo constantemente interrompidas desde o começo da década (BRIGGS, CALLOW, 2008; MEHRING, 2014).

Ao final da redação desses manuscritos, Marx afirmou orgulhosamente, em carta a Ferdinand Lassalle em 12 de novembro de 1858, que ali estava “o resultado de quinze anos de pesquisas, ou seja, dos melhores anos da minha vida” (1983b, p. 354).

Os *Grundrisse* não foram redigidos com o propósito de publicação, mas para esclarecimento do próprio autor. Trata-se de um conjunto de textos em que Marx registra suas reflexões, ao mesmo tempo em que expõe os dilemas teóricos que enfrenta, busca alternativas para superá-los e, nesse esforço, produz valiosos registros que revelam como operava o seu método de investigação e como amadureciam suas ideias. Apesar de as categorias empregadas nesse manuscrito não terem ainda o

alcance e a articulação que receberiam posteriormente em *O Capital*, esses textos são importantíssimos, pois nos permitem reconstruir o percurso trilhado pelo autor durante a construção do seu arcabouço teórico (PAULA, 2010; ROSDOLSKY, 2001). Estamos diante, portanto, de alguns cadernos de notas do “laboratório de Marx”, segundo a feliz expressão adotada por Bellofiori *et al.* (2013).

Esse caráter investigativo e provisório dos *Grundrisse* diferencia esse texto de outras obras de Marx que apresentam apurado cuidado estilístico e rigor com o aspecto expositivo. Conforme argumenta Paula (2010, p. 7), “ressalta-se o inacabamento dos *Grundrisse*, seu caráter às vezes elíptico, às vezes cifrado, outras vezes ainda exploratório, que demandaria reelaboração sistemática para ter plena eficácia expositiva”. Apesar dessas características e do fato de sua teoria do valor não estar plenamente desenvolvida nesse texto, nota-se que alguns aspectos essenciais do arcabouço teórico de Marx estão ali expostos de maneira reveladora e instigante. Esses manuscritos podem ser considerados “textos únicos e insubstituíveis ao abordar, de maneira inteiramente luminosa, questões cruciais, como as formas de produção pré-capitalistas, como o significado histórico do avanço científico e tecnológico” (PAULA, 2010, p. 8).

Tendo em vista os objetivos do presente capítulo, interessa-nos o trecho dos *Grundrisse* conhecido como *Fragmento sobre as máquinas* (MARX, 2011, p. 587-589) em que o autor adota o termo intelecto geral e faz algumas conjecturas sobre possíveis desdobramentos do progresso tecnológico e da automação industrial que emerge com a expansão da grande indústria.

Antes do referido fragmento de Marx, merecem destaque algumas reflexões do autor sobre as metamorfoses dos meios de trabalho que, transformados cada vez mais pela intensificação do uso da maquinaria, dão vida a um autômato cujos membros conscientes são os próprios trabalhadores:

Assimilado ao processo de produção do capital, o meio de trabalho passa por diversas metamorfoses, das quais a última é a máquina ou, melhor dizendo, um sistema automático da maquinaria [...] posto em movimento por um autômato, por uma força motriz que se movimenta por si mesma; tal autômato consistindo em numerosos órgãos mecânicos e intelectuais, de modo que os próprios trabalhadores são definidos *somente* como membros conscientes dele (MARX, 2011, p. 580).

Nesse contexto, a atividade do trabalhador limita-se a supervisionar a ação do “sistema automático da maquinaria” e evitar que ocorram falhas. Ou seja, a atividade do trabalhador, como um supervisor da produção, limita-se a mediar o trabalho do sistema de máquinas sobre as matérias-primas (MARX, 2011, p. 580-581).

Até a emergência da maquinaria, a produção baseava-se no instrumento tradicional de trabalho, que era animado pela habilidade e virtuosidade do seu manipulador. A ferramenta e o trabalho a ela associado deram lugar a um sistema no qual o trabalhador é subjugado e dominado por um poder que lhe é estranho:

A atividade do trabalhador, limitada a uma mera abstração da atividade, é determinada e regulada em todos os seus aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso. A ciência, que força os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina (MARX, 2011, p. 581).

Marx descreve um sistema em que o trabalho está subsumido à maquinaria viva, apresentando-a como um poderoso organismo que torna insignificantes o saber e a atividade isolada do trabalhador. Assim, o saber e o conhecimento socialmente construídos são absorvidos pelo capital fixo: “A acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas do cérebro social, é absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece conseqüentemente como qualidade do capital, mais precisamente do capital fixo” (MARX, 2011, p. 582).

O autor expõe então um controverso exercício especulativo em que enfrenta uma pergunta fundamental para a apreensão das especificidades históricas da sociedade civil burguesa e do seu modo de produção: Qual o papel do conhecimento e da tecnologia no modo de produção capitalista?

Em seu exercício de reflexão, Marx (2011) afirma que, diante da crescente importância da ciência e suas aplicações tecnológicas, a participação do trabalho humano na produção é reduzida quantitativa e qualitativamente. Assim, o próprio capital expulsa do processo de produção o único elemento capaz de criar valor, ou seja, o trabalho humano. O capital produz uma contradição que opera no sentido da superação desse modo de produção.

Na mesma medida em que o tempo de trabalho - o simples quantum de trabalho - é posto pelo capital como único elemento determinante de valor, desaparecem o trabalho imediato e sua quantidade como o

princípio determinante da produção [...] e é reduzido tanto quantitativamente a uma proporção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como à força produtiva geral resultante da articulação social na produção total [...]. O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a força dominante da produção (MARX, 2011, p. 583).

Nesse trecho do manuscrito, Marx aborda a maquinaria inserida num processo de controle do capital sobre o trabalhador, por meio do qual o trabalho humano é dominado pelo trabalho da maquinaria. No entanto, algumas páginas depois, Marx passa a examinar possíveis desdobramentos que poderiam advir do desenvolvimento da grande indústria. Ele divaga sobre os limites históricos da base técnica do capitalismo avançado e vislumbra um cenário em que o conhecimento iria adquirir um potencial libertador que colocaria em xeque a dominação do capital. Marx entrevê a possibilidade dessa reviravolta revolucionária em um tempo futuro quando os processos produtivos dependeriam fundamentalmente do conhecimento coletivo, que ele designa intelecto geral.

Antes de apresentar esse exercício de reflexão, o autor aponta a perspectiva de apropriação pela classe trabalhadora do conhecimento científico empregado na produção. Além disso, antevê que, com o desenvolvimento da grande indústria, a criação de riqueza iria depender menos do tempo de trabalho empregado nos processos produtivos, passando a depender mais da capacidade dos trabalhadores e do avanço da ciência e sua aplicação à produção. Nos termos de Marx:

à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que - sua poderosa efetividade -, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, no nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção (MARX, 2011, p. 587-588).

Ao apresentar essas conjecturas, Marx prenuncia uma situação futura quando a produção de valor deixaria de depender fundamentalmente da quantidade de tempo trabalhado. Nesse contexto, afirma ele, a produção baseada no valor de troca desmoronaria, ou seja, o capitalismo iria ruir:

Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação da sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social - em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida [...]. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho de uns poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca (MARX, 2011, p. 588).

Essa contradição, que opera no sentido de superar a dominação do capital, traz a possibilidade do livre desenvolvimento das individualidades, pois a redução do tempo de trabalho socialmente necessário a um mínimo não estaria mais voltada à ampliação do tempo de trabalho excedente, mas à "formação artística e científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles" (MARX, 2011, p. 588).

É o próprio capital, "contradição em processo" segundo Marx, que reduz o tempo de trabalho a um mínimo e, simultaneamente, toma o tempo de trabalho como "única medida e fonte da riqueza". Assim, o capital "diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição - questão de vida e morte - do necessário" (MARX, 2011, p. 589). Essas especulações ensejam a possibilidade de que o tempo livre, não o tempo de mais trabalho, seja associado à riqueza:

Uma nação é verdadeiramente rica quando se trabalha 6 horas em lugar de 12 horas. A riqueza não é o comando sobre o tempo de trabalho excedente (riqueza real), mas tempo disponível para cada indivíduo e toda a sociedade para além do usado na produção imediata (MARX, 2011, p. 589).

Segundo essa perspectiva emancipatória, vislumbrada nesse exercício de reflexão sobre o progresso da maquinaria e a aplicação do conhecimento aos processos de produção, o aprimoramento tecnológico do capital fixo indicaria em que medida o intelecto geral, isto é, o conhecimento socialmente construído, teria se

tornado uma força produtiva imediata e assumido o controle das condições do processo vital da sociedade.

A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos do cérebro humano criados pela ação humana; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do **general intellect** e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida (MARX, 2011, p. 589, grifo nosso).

Em suma, nessas passagens dos *Grundrisse*, Marx registra uma controversa digressão que ele jamais retomaria em qualquer outra publicação ou manuscrito. Ele levanta a possibilidade de uma reconfiguração do universo do trabalho, especialmente nos processos de produção em que predomina o emprego do conhecimento e da tecnologia, quando a lei do valor deixaria de vigorar, fomentando a autodestruição do modo de produção capitalista.

Mas qual seria a origem da expressão intelecto geral que Marx adotou apenas uma vez em toda sua vida?

A origem da noção de intelecto geral

Pasquinelli (2019), em instigante pesquisa documental e bibliográfica, revela a origem da expressão intelecto geral, que remonta ao começo do século XIX, na Inglaterra, algumas décadas antes de Marx empregá-la nos *Grundrisse*. Em carta enviada em maio de 1824 ao jornal britânico *The Times*, o industrialista e socialista utópico Robert Owen afirmava que, naqueles anos, a mente humana estava obtendo “os mais rápidos e extensivos avanços no conhecimento da natureza humana e no conhecimento geral”. Owen chamou esse fenômeno de “marcha do intelecto” e acreditava que ele tinha atingido tal ritmo que não poderia mais ser interrompido. Assim, na ocasião, surgiu a campanha *Marcha do Intelecto*, que defendia a melhoria de males da sociedade por meio de programas de educação pública para as classes mais pobres. Esse movimento estava inserido na chamada *Questão da Maquinaria*, um

debate público ocorrido naquele país, quando crescia o desemprego de trabalhadores que estavam sendo massivamente substituídos por máquinas industriais. Como remédio para esse problema que emergia nos primórdios da automação industrial inglesa, a campanha demandava uma educação que qualificasse trabalhadores para lidar com o maquinário industrial. Nesse contexto, em 1823 foi criado o Instituto de Mecânica de Londres (*London Mechanics' Institute*) e em 1829, fundada a Sociedade para Difusão de Conhecimento Útil (*Society for Diffusion of Useful Knowledge*), voltada para aqueles que não tinham acesso ao sistema escolar. No mesmo ano, foi fundada a *London University*, que se tornaria depois a *University College London*.

A campanha Marcha do Intelecto desencadeou uma resposta reacionária por parte do jornal *The Times*, que passou a publicar regularmente até o ano de 1850, sob o título Marcha do Intelecto, alguns textos, gravuras e poemas que ridicularizavam e satirizavam as limitações intelectuais dos semiletrados da classe trabalhadora, bem como suas ambições intelectivas. Nessa série de publicações, o racismo também se fazia presente, como, por exemplo, em uma publicação intitulada “Marcha do Intelecto da África”, que zombava da ascensão social de um califa argelino (HANCHER, 2016).

Esse discurso textual e imagético que se manifestou por tão longo período nas páginas do jornal *The Times* revela como a burguesia inglesa tratava o conhecimento e a ciência: não somente como símbolo de uma classe superior, mas também como instrumento de dominação de classe. A sinceridade brutal desse discurso nos remete ao projeto social que Bernard de Mandeville defendia em sua *Fábula das Abelhas*, publicada originalmente no começo do século XVIII:

Para que a sociedade seja feliz e o povo tranquilo nas circunstâncias mais adversas, é necessário que grande parte dele seja ignorante e pobre. O conhecimento não só amplia, como multiplica nossos desejos. [...] Portanto, o bem-estar e a felicidade de todo Estado ou reino requerem que o conhecimento dos trabalhadores pobres fique confinado dentro dos limites de suas ocupações e jamais se estenda além daquilo que se relaciona com sua missão. Quanto mais um pastor, um arador, ou qualquer outro camponês souber sobre o mundo, e sobre o que é alheio ao seu trabalho e emprego, menos capaz será de suportar as fadigas e as dificuldades de sua vida com alegria e contentamento. A leitura, a escrita e a aritmética [...] são muito perniciosas aos pobres (MANDEVILLE, 1732, p. 328).

Em 1828, o periódico *The London Magazine*, rival e opositor do *Gentleman's Magazine*, que representava os *Tories* conservadores, endossou a Marcha do Intelecto, em nome do benefício do “intelecto geral do país”, em um texto intitulado *Educação do Povo*, que abriu a edição de abril-julho:

São quase vinte anos desde que o primeiro impulso foi dado para o intelecto geral desse país, por meio da introdução de um novo sistema de ensino da leitura e da escrita, por meio de métodos mais baratos e eficazes do que os anteriores [...]. O espírito público tem avançado infinitamente. Apesar de toda a zombaria envolvida na expressão ‘marcha do intelecto’, o fato inegável é que o intelecto geral do país progrediu bastante. E um dos primeiros frutos da inteligência estendida tem sido a convicção universal de que nosso sistema legal, muito longe de ser o melhor do mundo, é extremamente ruim e está diante de uma necessidade premente de reforma e revisão (THE LONDON MAGAZINE, 1828).

Mas a ideia de intelecto geral não ganhou projeção apenas em jornais da época. Ideia semelhante também se fez presente nas obras de autores da Economia Política que Marx (2011, 2013, 2017a) explorou e citou, como, por exemplo, os socialistas William Thompson (1824), Thomas Hodgskin (1827) e Robert Owen (1837), os cientistas Charles Babbage (1832) e Andrew Ure (1835), dentre outros.

Conforme destaca Pasquinelli (2019), o socialista William Thompson foi o precursor no uso da expressão “intelecto geral” (THOMPSON, 1824, p. 298). No mesmo sentido, Thompson também empregou os termos “conhecimento geral da mente humana” (1824, p. 330), “progresso do conhecimento geral” (1824, p. 369, 376, 379) e “potência intelectual geral” (1824, p. 291). Thompson empregou a expressão “intelecto geral” numa passagem em que critica a desigual distribuição de conhecimento entre os homens e as mulheres:

O intelecto geral de toda a comunidade, masculina e feminina, é atrofiado ou pervertido na infância, ou mais comumente ambos, ao ocultar das mulheres o conhecimento possuído pelos homens. [...] Por meio da manutenção da ignorância nas mulheres, metade da raça humana se opõe em interesse e está em incessante conspiração contra a superioridade intelectual da outra metade. [...] O único e simples remédio para os males decorrentes dessas instituições quase universais da escravidão doméstica de metade da raça humana é erradicá-los totalmente. Dar a homens e mulheres direitos civis e políticos iguais (THOMPSON, 1824, p. 298-300).

Thompson defende o fim da crescente separação entre conhecimento e trabalho que ele percebe em seu tempo. No curso do progresso da civilização, argumenta ele, o trabalho e o conhecimento naturalmente acabaram se separando, pois “os processos de trabalho se tornavam mais complicados e requeriam mais acurácia e habilidade; o progresso do conhecimento abrangia mais objetos e necessitava de mais tempo e atenção para ser alcançado” (1824, p. 275). No entanto, Thompson, de maneira otimista, prenunciava que “o pleno desenvolvimento da civilização iria unir novamente trabalho e conhecimento” (1824, p. 275). Em uma futura “civilização melhorada, sob a influência da segurança perfeita, eles se reunirão novamente, aprimorados e maduros, para não mais se separar, porque a felicidade de todos o exige; e porque o próprio progresso e desenvolvimento da arte social desdobrou os meios para tal” (1824, p. 275-276). Segundo Thompson, a “distribuição de conhecimento” (1824, p. 278) seria um dos elementos que conduziriam à chamada “igualdade voluntária na distribuição de riqueza” (1824, p. 381).

Porém, apesar do seu otimismo, Thompson (1824, p. 291-293) reconhecia que, na produção industrial, o conhecimento e o treinamento laboral constituíam um poder contrário aos interesses dos trabalhadores. As operações industriais repetitivas podiam ser conduzidas por trabalhadores “totalmente ignorantes em relação aos princípios do conhecimento aí envolvido, tão ignorantes quanto cavalos ou máquinas empregadas”. O autor (1824, p. 291) criticava os males do “treinamento parcial”, que forjava “autômatos intensivamente treinados” com o objetivo claro de manter os trabalhadores distantes do efetivo conhecimento da máquina e impedi-los de perceber a exploração a que estavam sendo submetidos. Nas palavras de Thompson, o objetivo por trás dessa realidade seria

manter a parte viva da maquinaria ignorante dos dispositivos secretos que regulam a máquina e para reprimir as potências gerais de suas mentes, com receio de que, pesquisando, eles descobrissem que foram feitos para trabalhar duramente para outros e que os frutos de seus próprios trabalhos foram, por meio de centenas de artifícios, tirados deles (1824, p. 292-293).

Thompson não era uma voz isolada no enfrentamento dessas questões. Naquele tempo, também tomaram parte no debate Thomas Hodgskin (1827)⁴, Charles Babbage (1832)⁵, Andrew Ure (1835)⁶, Robert Owen (1837)⁷, dentre outros.

Portanto, conforme acertadamente defende Pasquinelli (2019), é com esse conjunto de autores e temáticas que Marx está dialogando no *Fragmento sobre as máquinas* (MARX, 2011), assim como no *Livro I de O Capital* (MARX, 2013), especialmente na seção IV, nos capítulos 12 - *Divisão do trabalho e manufatura* e 13 - *Maquinaria e grande indústria*, onde Marx retoma a discussão do tema.

Porém, ao retomar o tema em sua obra magna, Marx (2013) revela, com rigor e clareza, uma apreensão da realidade bastante distinta daquela que havia rascunhado dez anos antes no *Fragmento*. Na obra madura de Marx, não há nenhuma referência a um possível caráter emancipatório no conhecimento materializado na maquinaria. O conhecimento científico e os avanços tecnológicos empregados nos processos produtivos capitalistas não engendram o desmoronamento da produção baseada no valor de troca. Nessa nova perspectiva de Marx, a tecnologia, tendo sido subsumida à sociabilidade do capital, constitui um instrumento a serviço da alienação e do estranhamento do trabalho e dos produtos do trabalho, um instrumento cuja finalidade é a ampliação do roubo da riqueza produzida pela classe trabalhadora. É o que abordo a seguir.

⁴ Thomas Hodgskin, socialista ricardiano de tendências libertárias, foi um dos fundadores do *London Mechanics' Institute*.

⁵ O cientista, matemático e inventor Charles Babbage concebeu um equipamento mecânico considerado a primeira calculadora programável da história. Antes dele, Blaise Pascal e Gottfried Leibniz já tinham criado engenhocas mecânicas de calcular. O salto conceitual de Babbage foi ter projetado um equipamento que não desempenhava apenas um tipo de cálculo, mas podia ser programado e reprogramado para executar diferentes operações algébricas. Sua inspiração foi o revolucionário tear automático de Joseph-Marie Jacquard, que usava cartões perfurados para definir a trama do tecido de seda (ISAACSON, 2014).

⁶ O liberal Andrew Ure foi médico, químico, geólogo e fundador do observatório Garnet Hill. Marx se refere às ideias de Ure como a “a expressão clássica do espírito fabril, não só por seu franco cinismo, mas também pela ingenuidade com que deixa escapar as contradições irrefletidas que habitam o cérebro do capital” (MARX, 2013, p. 509).

⁷ O socialista e industrial Robert Owen, “pai das fábricas e armazéns cooperativos” (MARX, 2013, p. 571), tinha, segundo Marx, “planos utópicos de reforma social” (2013, p. 151). No entanto, merece nota o fato de que Owen inspirou Marx em suas reflexões sobre Educação: “Do sistema fabril, como podemos ver em detalhe na obra de Robert Owen, brota o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para todas as crianças a partir de certa idade, o trabalho produtivo com o ensino e a ginástica, não só como forma de incrementar a produção social, mas como único método para a produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões” (MARX, 2013, p. 554).

O papel do conhecimento e da tecnologia no modo de produção capitalista

Alguns anos depois de especular nos *Grundrisse* sobre o possível caráter emancipatório do intelecto geral, Marx mostra ter superado aquela interpretação. Isso fica evidente em diversos registros e publicações em que o autor trata do conhecimento científico e tecnológico aplicado aos processos de produção capitalistas. Merece destaque, em primeiro lugar, *O Capital – Livro I* (MARX, 2013), especialmente a seção IV, que aborda o mais-valor relativo, a cooperação, a divisão do trabalho, a maquinaria e a grande indústria. Também são relevantes os textos preparatórios para publicação de *O Capital*, como os cadernos V, XIX e XX dos *Manuscritos de 1861-1863* (MARX, 1994a, 1994b, 2007, 2010a), assim como o *Capítulo VI (inédito) de O Capital*, redigido em 1864 (MARX, 1978).

Nesses trabalhos de Marx, são encontradas fartas evidências textuais que comprovam que sua controversa hipótese sobre intelecto geral foi abandonada por ele. Em seu lugar, emerge uma interpretação mais consistente acerca das relações sociais que constituem o modo de produção especificamente capitalista. Marx enfatiza que, a partir da revolução industrial, o conhecimento e a técnica aplicados aos processos produtivos passam a estar subordinados ao capital em detrimento da classe trabalhadora.

A obra de Babbage (1832) apresenta um princípio com o qual Marx (2013) concorda ao analisar o papel da maquinaria na produção capitalista. Segundo esse princípio, a divisão técnica do trabalho deve ser feita para minimizar o aprendizado e as habilidades necessárias ao labor, com o objetivo de baratear os custos de produção.⁸ Quanto mais pormenorizadas forem a divisão e a subdivisão do trabalho, menor será o nível de habilidade requerido na produção. Uma vez que, entre as atividades fracionadas, algumas exigem diferentes graus de perícia e força, o fracionamento permite comprar precisamente a exata quantidade de cada uma das parcelas necessárias aos processos produtivos. Assim, as frações da força de trabalho responsáveis pelo trabalho dividido podem ser compradas pelo capitalista pelo seu menor valor individual. Segundo as palavras de Babbage:

⁸ Essa perspectiva de Babbage (1832), que Marx explora com profundidade em *O Capital – Livro I* (MARX, 2013), já estava presente nas reflexões do jovem Marx, na sua crítica endereçada a Proudhon em *Miséria da Filosofia* (MARX, 2017b).

A facilidade de adquirir habilidade em um único processo, bem como o breve período requerido para que ela se torne uma fonte de lucro, induzirão um número maior de pais a introduzir seus filhos nela. Adicionalmente, a partir desta circunstância, aumentando o número de trabalhadores, os salários logo cairão (1832, pp. 170-171).

Babbage é um dos pioneiros defensores da "divisão do trabalho mental" (1832, p.191). Sua referência aos 'diferentes graus de perícia e força' evidencia que seu ponto de vista se aplica aos trabalhos desqualificados e àqueles eminentemente dependentes da cognição, do conhecimento e das habilidades dos trabalhadores.

Para Marx (2013), o desenvolvimento e o aprimoramento tecnológico decorrem da divisão do trabalho, ou seja, têm origem nos processos de trabalho que constituem o modo de produção capitalista. Nesse contexto, surge uma organização social do trabalho parcelado que deforma os trabalhadores, aprisionando cada um deles em uma fração da sua profissão. Conforme argumenta Marx, o trabalhador coletivo, que constitui o mecanismo vivo da produção manufatureira, está fundamentado no trabalho fragmentado e parcial que aleija cada trabalhador que toma parte nessa atividade coletiva, transformando-os em aberrações.

Enquanto a cooperação simples deixa praticamente intocado o modo de trabalho dos indivíduos, a manufatura o revoluciona desde seus fundamentos e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador, converte-o numa aberração, promovendo artificialmente sua habilidade detalhista por meio da repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas (2013, p. 434).

Como desdobramento desse processo, quando o modo de produção capitalista atinge o estágio da grande indústria, ocorre a separação entre as potências intelectuais do processo de produção e os próprios trabalhadores. O trabalho se separa do conhecimento científico e este último passa a servir ao capital, em detrimento da classe trabalhadora.

As potências intelectuais da produção, ampliando sua escala por um lado, desaparecem por muitos outros lados. O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se defronte a eles no capital. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as potências intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e como poder que os domina. Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. Ele se desenvolve na manufatura, que mutila o trabalhador,

fazendo dele um trabalhador parcial, e se consuma na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital (2013, p.435).

Ao abordar o conjunto da fábrica em sua forma mais desenvolvida, Marx enfatiza que na grande indústria consuma-se a separação entre o conhecimento materializado na maquinaria e o trabalho manual. A máquina, diz Marx, ao contrário de facilitar o trabalho, torna-se meio de tortura, pois “não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo” (2013, p. 495). A habilidade do operador de máquinas perde a relevância quando o conhecimento científico é incorporado ao sistema da maquinaria, que constitui uma potência do capital sobre o trabalho. Diz Marx:

A cisão entre as potências intelectuais do processo de produção e o trabalho manual, assim como a transformação daquelas em potências do capital sobre o trabalho, consuma-se [...] na grande indústria, erguida sobre a base da maquinaria. A habilidade detalhista do operador de máquinas individual, esvaziado, desaparece como coisa diminuta e secundária perante a ciência, perante as enormes potências da natureza e do trabalho social massivo que estão incorporadas no sistema da maquinaria e constituem, com este último, o poder do “patrão” (*master*) (2013, p. 495).

Em relação à separação e à oposição entre conhecimento e trabalho, Marx (2013, p.435) concorda com Thompson e cita textualmente suas palavras:

o conhecimento, em vez de aumentar nas mãos do trabalhador suas próprias forças produtivas para ele mesmo, [...] contrapõe-se a ele em quase toda parte [...]. O conhecimento torna-se um instrumento que pode ser separado do trabalho e oposto a ele. (THOMPSON, 1824, p.274).

A reprodução do capital, como força produtiva social, passa a ser condicionada pelo empobrecimento das forças produtivas individuais do trabalhador. Essa compreensão leva Marx (2013, p. 435) a concordar com Adam Ferguson, tutor de Adam Smith:

A ignorância é mãe tanto da indústria quanto da superstição. A reflexão e a imaginação estão sujeitas ao erro; mas o hábito de mover o pé ou a mão não depende nem de uma nem de outra. Por essa razão, as manufaturas prosperam mais onde mais se prescinde do espírito, de modo que a oficina pode ser considerada uma máquina, cujas partes são homens (FERGUSON, 1782, p. p. 305).

O conhecimento e o avanço tecnológico decorrentes da sua incorporação ao maquinário industrial assumem a forma social do capital constante, ou seja, trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. Em lugar de emancipar o trabalhador, o conhecimento materializado no trabalho morto das máquinas subordina o trabalho vivo dos seres humanos para que o capital cumpra sua sina insaciável: ser valor que se autovaloriza à custa do roubo do tempo de trabalho e, em última instância, do roubo da própria vida. Nos termos de Marx, “o capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (2013, p. 307).

Essa percepção da realidade já se mostra consolidada no manuscrito *Capítulo VI (inédito) de O Capital* de 1864 (MARX, 1978). Nele, o autor aborda a transição da *subsunção formal* do trabalho ao capital para a *subsunção real* do trabalho ao capital, quando a aplicação da ciência aos processos produtivos de grande escala assume importância central. A percepção dessa transformação leva Marx a afirmar que esse é o momento da gênese de algo específico, isto é, o advento do “modo de produção *especificamente* capitalista (1978, p. 55, grifo nosso). Trata-se de um “um modo de produção tecnologicamente específico que metamorfoseia a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais.” (1978, p. 66). Nesse processo de transformação social, a ciência e a maquinaria são elementos fundamentais. É na subordinação real do trabalho ao capital que “desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho, e, por força do trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata.” (1978, p. 66).⁹

Nesse contexto histórico, o conhecimento científico se apresenta subordinado à sociabilidade do capital. Conforme explica Marx, com o modo de produção *especificamente* capitalista e a *subsunção real*, “[...] a aplicação da ciência - esse produto geral do desenvolvimento social - ao processo imediato de produção, tudo isso se apresenta como força produtiva do capital, não como força produtiva do trabalho” (1978, p. 55). Os processos produtivos passam a ser comandados pela maquinaria, que “se converte no verdadeiro dominador do trabalho vivo” (1978, p. 14). Ao apontar essa dominação “da coisa sobre o homem, [...] do trabalho morto

⁹ Sobre a *subsunção formal* e a *subsunção real*, vide Bolaño (2007) e Marques (2020).

sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor", Marx destaca que estamos diante da "a conversão do sujeito em objeto e vice-versa" (1978, p. 20-21).¹⁰

Em suma, na grande indústria, o capital se liberta da dependência do conhecimento do trabalhador quando o sistema de máquinas se torna instrumento para subsunção real do trabalho ao capital. A relação sujeito-objeto é invertida, ou seja, o conhecimento materializado no maquinário passa a ditar a forma e o ritmo do processo de trabalho (BOLAÑO, 2007; MARQUES, 2020; ROMERO, 2005).

Portanto, a análise de Marx sobre o processo capitalista de produção revela que o conhecimento e a tecnologia são forças produtivas subordinadas ao capital ou, mais precisamente, elementos fundamentais das forças produtivas sociais, que são dominadas pelo capitalista em oposição à classe trabalhadora, com o objetivo de extorquir dela o mais-valor que ela produz.

Surge, assim, uma relação de *alienação* e *estranhamento* dos trabalhadores em relação aos frutos das criações coletivas da classe trabalhadora. Alienação e estranhamento são noções caras a Marx desde sua juventude. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 (MARX, 2010b), ele argumenta que, na medida em que a produção da classe trabalhadora é apropriada pelo capitalista, o trabalhador é despojado do produto do seu trabalho. Ele passa a se relacionar com o produto do seu trabalho como com um produto alienado, isto é, objetivado ou externalizado, um produto cujo poder independe do produtor. Adicionalmente, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, cada vez mais a criação do ser humano se torna um poder hostil ao próprio criador, ou seja, uma criação estranhada. Quanto mais se expande a sociabilidade do capital, menos o trabalhador pode possuir e "tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital" (2010b, p. 81). Mas esse estranhamento se manifesta também e, principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva, atividade que também assume um caráter estranhado. Nesse processo, o trabalhador estranha a si mesmo e estranha sua essência humana. A propriedade privada da mercadoria que resulta da produção capitalista se revela "o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado". Em última

¹⁰ Esse domínio do produto da criação humana sobre o sujeito produtor, isto é, da criatura sobre o criador, representa "a mesma relação que, no terreno ideológico, se apresenta na religião" (MARX, 1978, p. 21).

instância, essa propriedade privada resulta do “trabalho exteriorizado, isto é, [...] homem exteriorizado, [...] trabalho estranhado, [...] vida estranhada, [...] homem estranhado” (2010b, p.87).

Se as noções de alienação e estranhamento já estão registradas nos escritos do jovem Marx, não é na sua obra de juventude e nem nos *Grundrisse* que encontraremos resposta para a seguinte questão que subjaz ao *Fragmento sobre as máquinas*: Como explicar o fato de que a tecnologia e a automação industrial expulsam do processo produtivo o único elemento capaz de criar valor (o ser humano) sem que, com isso, desmorone a produção baseada no valor de troca?

A pergunta colocada relaciona-se com um problema que o fisiocrata François Quesnay usava para confrontar seus adversários no século XVIII: o fato de que, por um lado, os capitalistas estão interessados apenas no valor de troca das mercadorias, mas, por outro lado, eles estão em permanente esforço para reduzir o valor de troca dos seus produtos. Se, na ocasião da redação dos *Grundrisse*, Marx ainda não tinha resposta para o problema colocado, no começo dos anos 1860, ele demonstra ter decifrado aquele enigma.

Marx decifra o enigma de Quesnay

Ao analisar o *Fragmento sobre as máquinas*, Heinrich (2013) defende que a abordagem sobre o intelecto geral de Marx (2011) representa um equívoco que ele iria superar alguns anos depois. Esse desacerto de Marx teria duas origens principais. A primeira seria sua visão ainda imatura sobre as crises capitalistas. Ao redigir aqueles manuscritos nos anos 1857 e 1858, estava em curso a primeira crise econômica genuinamente mundial e ele acreditava que aquele era o prenúncio do colapso final do modo de produção capitalista. Em carta enviada a Engels em 8 de dezembro de 1857, Marx afirma: “estou trabalhando como louco ao longo de todas as noites na organização de meus estudos econômicos para que eu tenha claros os esboços antes do dilúvio” (1983a, p. 217). O segundo motivo que teria induzido Marx a seu equívoco seriam as insuficiências de suas concepções na ocasião da redação dos *Grundrisse*. Marx (2011) ainda não tinha uma distinção clara entre trabalho abstrato e trabalho concreto; não distinguia ainda valor e valor de troca, ainda que já distinguisse valor e

valor de uso; tinha problemas com a noção de capital constante, privilegiando a ideia de capital fixo; e, o mais importante, ele ainda não tinha um conceito adequado de mais-valor relativo.

Nos anos posteriores, Marx superou aquele imbróglio registrado no *Fragmento sobre as máquinas*. Dois aspectos foram fundamentais para essa superação. O primeiro deles foi o fato da crise econômica internacional que estava em curso não ter se prolongado muito e, após seu término, a produção capitalista dela emergida ganhou força. Marx retirou importantes lições desse episódio e, ao final da década de 1870, seu arcabouço teórico havia incorporado as crises capitalistas de maneira bem diferente, mais desenvolvida e realista. Outro aspecto fundamental para superação daquele equívoco foi o avanço das pesquisas de Marx, que permitiu que ele compreendesse melhor as relações sociais envolvidas nos processos produtivos que passam por aprimoramentos tecnológicos ou são automatizados (HEINRICH, 2019).

Em *O Capital* (2013), assim como nos *Grundrisse* (2011), Marx discute a revolução das condições técnicas e sociais do processo de trabalho e a redução do trabalho imediato que decorre da automação industrial. Porém, n'*O Capital*, Marx descreve a grande indústria em termos bem diferentes. A automação industrial, que expulsa trabalhadores do processo produtivo, não é apresentada como elemento que ameaça o modo de produção capitalista, mas gera aumento da extração de mais-valor. Apesar de Marx reconhecer que a habilidade do trabalhador individual se torna insignificante diante da aplicação da ciência à produção industrial, ele não descreve essa constatação como algo que abale o modo de produção capitalista. Ao discutir a automação que emerge com a grande indústria, Marx sustenta que o trabalho abstrato continua sendo a substância do valor e o tempo de trabalho continua sendo a medida do valor. Além disso, ele percebe que as potencialidades intelectuais envolvidas no processo de trabalho estão a serviço do capital e contra a classe trabalhadora (HEINRICH, 2013).

Portanto, quando Marx (2013) publica *O Capital*, ele apresenta interpretações bem mais consistentes para aqueles problemas que havia enfrentado nos *Grundrisse* e, posteriormente, no começo da década de 1860. A principal chave para desvendar o enigma colocado é a noção de mais-valor relativo. Em 1863, Marx já tinha clareza disso, conforme comprovam os textos preparatórios para *O Capital*, conhecidos como

Manuscritos de 1861-1863 (1994a, 1994b, 2007, 2010a). A partir de então, Marx passa a distinguir dois tipos de mais-valor: o absoluto e o relativo.

Ele chama de mais-valor absoluto aquele extraído por meio da ampliação da jornada de trabalho, tanto no sentido extensivo, quanto intensivo. No caso do mais-valor absoluto, o limite da exploração capitalista é o limite físico e mental do trabalhador.

Já o mais-valor relativo surge quando há uma “elevação da força produtiva do trabalho” (2013, p. 390), ou seja, quando há aumento de produtividade decorrente de aprimoramentos e avanços tecnológicos na produção, que permitem que um capitalista reduza parte da jornada de trabalho que o trabalhador dedica à produção do valor da mercadoria (tempo de trabalho necessário). Nessa situação, cresce proporcionalmente a outra parte da jornada de trabalho (tempo de trabalho excedente), durante a qual o trabalhador produz o mais-valor, que é apropriado pelo capitalista, ainda que a carga horária total da jornada não se altere. Isso se dá uma vez que “o valor individual dessa mercadoria se encontra, agora, abaixo de seu valor social, isto é, ela custa menos tempo de trabalho do que a quantidade do mesmo artigo produzida em condições sociais médias” (2013, 391). Nas situações em que esse aumento de produtividade gera uma redução no valor das mercadorias que compõem os meios de subsistência do trabalhador, ocorre um fato adicional que é a redução do valor da força de trabalho e seu conseqüente barateamento.

Assim, o emprego da ciência e da técnica no desenvolvimento da maquinaria não é fenômeno que abre janelas para emancipação do trabalhador como Marx havia cogitado anteriormente nos *Grundrisse*, mas, sim, “o meio mais poderoso de incrementar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria” (MARX, 2013, p. 475). Dessa maneira, a maquinaria se torna um instrumento para aumentar a produção de mais-valor:

Como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, [a maquinaria] deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. Ela é meio para a produção de mais-valor (MARX, 2013, p. 445).

A possibilidade de extração de mais-valor relativo, viabilizada pelo avanço tecnológico aplicado à produção, empurra os capitalistas para uma permanente disputa pela aplicação da ciência e da técnica aos processos produtivos:

A máquina produz mais-valor relativo não só ao desvalorizar diretamente a força de trabalho e, indiretamente, baratear esta última por meio do barateamento das mercadorias que entram em sua reprodução, mas também porque, em sua primeira aplicação esporádica, ela transforma o trabalho empregado pelo dono das máquinas em trabalho potenciado, eleva o valor social do produto da máquina acima de seu valor individual e, assim, possibilita ao capitalista substituir o valor diário da força de trabalho por uma parcela menor de valor do produto diário (MARX, 2013, p. 479).

A punção para extrair mais-valor relativo faz com que o modo de produção capitalista esteja sempre em constante “revolução nas condições de produção”, no “modo de produção e, assim, no próprio processo de trabalho” (2013, p. 389). A busca pelo aumento do mais-valor relativo se torna uma força coercitiva do capital que acaba por “revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, revolucionar o próprio modo de produção” (2013, p. 390).

Os *Manuscritos de 1861-1863* (1994a, 1994b, 2007, 2010a) mostram que, naquela ocasião, Marx não somente apontava que a automação industrial era uma tendência geral da produção capitalista, como também já conseguia justificar esse fenômeno.

[O trabalho morto] surge aqui como meio para substituir o trabalho vivo ou como aquele meio de fazer diminuir o número de trabalhadores. Essa diminuição do trabalho humano aparece como especulação capitalista, como meio para aumentar a mais-valia. [...] O valor individual das mercadorias produzidas pela introdução geral da maquinaria põe-se diferentemente de seu valor social, e os capitalistas tomados isoladamente apropriam-se da parte referente a essa diferença. Aqui aparece a tendência geral da produção capitalista tomada em todos os seus ramos produtivos: o trabalho humano substituído pela máquina (MARX, 2010a, p.232-233).

Marx afirma que a automação industrial que expulsa os trabalhadores do processo produtivo é, na verdade, um instrumento para autovalorização do capital: “A autovalorização do capital por meio da máquina é diretamente proporcional ao número de trabalhadores cujas condições de existência ela aniquila (2013, p. 502-503)”. Porém, completa ele, a expansão da automação industrial tem limites práticos, pois, sob a ótica do capitalista, essa expansão só pode acontecer nas situações em que

o maquinário “custe menos trabalho do que o trabalho que sua aplicação substitui” (2013, p. 466). Em outras palavras, Marx compreendeu que a tendência de redução do trabalho imediato nos processos industriais automatizados tem um claro limite, que é o custo do capital constante em relação ao custo do capital variável, isto é, o custo do maquinário em relação ao preço da força de trabalho.

Diante desse entendimento, Marx conclama os trabalhadores a não se revoltar contra a maquinaria, pois ela é apenas uma “forma determinada do meio de produção, [...] base material do modo de produção capitalista” (MARX, 2013, p. 500). O inimigo a ser combatido, explica Marx, é a forma social de exploração da tecnologia:

Foi preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinguisse entre a maquinaria e sua aplicação capitalista e, com isso, aprendesse a transferir seus ataques, antes dirigidos contra o próprio meio material de produção, para a forma social de exploração desse meio (MARX, 2013, p. 501).

Em suma, essas passagens revelam que Marx, ao decifrar o enigma de Quesnay e tendo apreendido o papel do conhecimento nos processos de produção capitalistas, acaba divergindo frontalmente da perspectiva do intelecto geral que ele havia esboçado no *Fragmento sobre as máquinas*.

Bolaño (2008) alerta que os *insights* que Marx esboça no *Fragmento* não devem ser isolados do pensamento que foi expresso, finalizado, visto e revisto por Marx na sua obra mais completa. Esse tipo de leitura parcial pode dar margem para diversos tipos de interpretações enigmáticas e sujeitas a mistificações.

Não à toa a ideia de intelecto geral de Marx tem sido referência para muitos dos autores que se perderam no pântano do pós-modernismo, a exemplo de Lazzarato (1996), Gorz (2005), Hardt e Negri (2001), Moulier-Boutang (2011) e Vercellone (2007). O próprio Pasquinelli (2019, p. 54) endossa uma falácia pós-modernista ao afirmar que a teoria do valor de Marx não se aplicaria ao domínio do conhecimento e da inteligência.

Encerrando o capítulo, abordo, a seguir, uma problemática aproximação que Pasquinelli (2019) estabelece entre o trabalhador coletivo e o intelecto geral. Tendo essa aproximação como referência, o filósofo italiano acaba formulando uma questionável hipótese: Marx teria abandonado a noção de intelecto geral e adotado a categoria *trabalhador coletivo* por motivações políticas.

Trabalhador coletivo, intelecto geral e polarização do conhecimento

Pasquinelli (2019) incorre em desacerto ao dizer que, em *O Capital*, Marx apresenta a figura do trabalhador coletivo como “um tipo de reencarnação do intelecto geral” (2019, p. 47), ou a “transmutação do intelecto geral” (2019, p. 53).

Essa interpretação se mostra questionável, em primeiro lugar, por um aspecto conceitual. Em Marx (2011), a expressão intelecto geral representa o *conhecimento coletivo*, tomado como uma construção social que se materializa nos aparatos tecnológicos empregados dos processos produtivos. Com sentido completamente distinto desse, a expressão *trabalhador coletivo*, empregada por Marx (1978, p. 71-72; 2013, p. 423-424, p. 577-578), representa uma combinação heterogênea de trabalhadores que coloca em movimento um processo de produção capitalista, que é simultaneamente processo de trabalho social e processo de valorização. Considerando que o *trabalhador coletivo* é o agente que desenvolve o *intelecto geral* na práxis social dos processos de trabalho, confundir ou misturar essas duas expressões sugere um tipo de erro enfaticamente criticado por Marx: a inversão da relação sujeito-objeto, na qual o sujeito criador é confundido com o fruto da sua criação, num processo de fetichização.

Há no *Livro III* de *O Capital*, uma passagem em que Marx emprega a expressão “trabalho geral” num sentido equivalente ao da noção de intelecto geral para designar “todo trabalho científico, toda descoberta, toda invenção” (2017a, p. 133). Ao fazê-lo, ele aponta a necessidade de diferenciar “trabalho geral” de “trabalho social”. Em outras palavras, Marx defende a necessidade de distinguir o intelecto geral e o trabalho social, ou seja, distinguir a criação e o seu criador.

[...] apenas a experiência do trabalhador combinado [*kombinierten Arbeiters*]¹¹ descobre e mostra onde e como se deve economizar, como as descobertas já realizadas podem ser aplicadas do modo mais simples, quais são as dificuldades práticas na aplicação da teoria – seu emprego no processo de produção – que precisam ser superadas etc. Ademais, é preciso diferenciar trabalho geral [*allgemeiner Arbeit*]¹² de trabalho social [*gemeinschaftlicher Arbeit*]¹³. Ambos desempenham seu papel no processo de produção, ambos se

¹¹ Na edição em inglês, *combined labour* (MARX, 1894, p. 73).

¹² Na edição em inglês, *universal labour* (MARX, 1894, p. 73).

¹³ Na edição em inglês, *co-operative labour* (MARX, 1894, p. 73).

mesclam, mas ambos também se distinguem entre si. Trabalho geral é todo trabalho científico, toda descoberta, toda invenção. Ele é condicionado, em parte, pela cooperação com o trabalho vivo, em parte, pela utilização dos trabalhos anteriores. O trabalho social pressupõe a cooperação direta entre os indivíduos (MARX, 2017a, p. 132-133).

Mas o desacerto de Pasquinelli (2019) decorre também de um aspecto que não é de ordem conceitual, mas ontológico: Marx adota a noção de trabalhador coletivo num esforço para descrever um agente real que efetivamente existe em sua materialidade social.

Voltemos à obra de Marx (1978, 2013) para resgatar sua concepção de trabalhador coletivo. Esse resgate será útil para demonstrar que essa noção incorpora algumas contradições intrínsecas à classe trabalhadora que não estão presentes no *Fragmento sobre as máquinas*.

O trabalhador coletivo emerge da divisão do trabalho, na produção capitalista avançada que cria o processo de produção em larga escala. Nesse contexto, o trabalhador individual deixa de ser o agente real do processo de trabalho. O trabalho que se torna relevante para produção de valor passa a ser o que decorre da combinação de múltiplos trabalhadores que executam diferentes atividades parciais, incluindo aquelas eminentemente manuais e desqualificadas, assim como aquelas que têm forte caráter intelectual ou exigem altos níveis de qualificação. Esse conjunto de trabalhadores constitui o que Marx designa de trabalhador coletivo, uma massa complexa e heterogênea de trabalhadores que têm diferentes capacidades de trabalho, diversificadas qualificações e habilidades. A maior parte desses trabalhadores são desqualificados e desempenham somente tarefas manuais e repetitivas. Mas também compõem o trabalhador coletivo, ainda que em menor número, os indivíduos que têm formação educacional superior e exercem cargos, como, por exemplo, de engenheiro ou de gerente (MARX, 1978, p. 71-72; 2013, p. 423-424, p. 577-578).

Embora essa descrição do trabalhador coletivo de Marx pressuponha uma integração entre trabalho qualificado e desqualificado, bem como entre tarefas intelectuais e manuais, o autor revela contradições fundamentais dentro do organismo social que constitui o trabalhador coletivo. O trabalhador coletivo incorpora em si uma distribuição assimétrica de conhecimentos e habilidades, que é imanente à classe

trabalhadora subsumida ao capital. Nela estão incluídos desde os numerosos operários de baixa qualificação e baixos salários até o reduzido estrato que Marx chama de “parcela mais bem remunerada da classe trabalhadora, sua aristocracia” (2013, p. 741). Nesse sentido, alguns exemplos extraídos da obra do velho Marx merecem ser citados. Quando o autor aborda a divisão do trabalho nas fábricas, ele apresenta os engenheiros, mecânicos e carpinteiros como uma classe privilegiada em comparação com a classe operária: “uma classe superior de trabalhadores, com formação científica ou artesanal, situada à margem do círculo dos operários fabris, somente agregada a eles” (2013, p. 493). Em outra passagem, Marx afirma que, com a emergência do trabalhador coletivo, quando o trabalho assume uma escala social, o trabalho intelectual e o trabalho manual “se separam até formar um antagonismo hostil” (2013, p. 577). Em *Crítica ao programa de Gotha*, Marx (2012) retoma essa contradição ao defender a necessidade de abolir a oposição entre trabalhos mentais e físicos como condição para superação do modo de produção capitalista. Ele afirma que abolir a “subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual” (2012, p. 31), é condição para construir a sociedade comunista e superar plenamente o “estreito horizonte jurídico burguês” (2012, p. 32).

Portanto, quando Pasquinelli (2019) toma como referência os *Grundrisse* para afirmar que o trabalhador coletivo é uma “reencarnação do intelecto geral” (p. 47) ou uma “transmutação do intelecto geral” (p. 53), ele distorce não só as ideias que Marx registrou em seus textos, mas também a própria realidade em que vivemos. Afinal, para o trabalhador coletivo, que efetivamente existe em sua materialidade social, a distribuição desigual de conhecimento é aspecto central da contradição entre capital e trabalho, além de ser também aspecto central das contradições internas dentro da própria classe trabalhadora (MARQUES, 2017; MARQUES, KERR PINHEIRO, 2014, 2019).

Por fim, outra discutível hipótese de Pasquinelli (2019) merece alguns comentários. Segundo o filósofo italiano, o uso da expressão trabalhador coletivo por Marx decorreria de uma escolha política do autor alemão. Pasquinelli defende que, quando Marx adota a noção de trabalhador coletivo, ele provavelmente desejava evitar que uma aristocracia trabalhista de artífices qualificados se constituísse como

um sujeito político apartado do restante da classe trabalhadora. Além disso, prossegue Pasquinelli, Marx percebia dificuldades para a mobilização do conhecimento coletivo em ações a favor dos trabalhadores. Conhecimento e Educação poderiam ser convocados apenas para batalhas universalistas como em favor do ‘intelecto geral do país’, mas não para causas partidárias em favor dos proletários.

Essa conjectura de Pasquinelli é instigante, mas questionável. O autor parece sugerir que a exposição de Marx não representa de maneira sincera a “anatomia da sociedade civil” que ele prometeu revelar a seus leitores (MARX, 2003, p. 4). O argumento de Pasquinelli parece indicar que, quando Marx empregou a noção de trabalhador coletivo, ele teria descaracterizado a realidade para que sua exposição se adequasse melhor ao seu projeto político. É como se Marx tivesse abandonado sua conhecida primazia da ontologia sobre a epistemologia e construído uma narrativa distorcida para corroborar sua luta política.

Porém, é o próprio filósofo italiano que sugere outra explicação mais consistente para justificar porque Marx teria abandonado a perspectiva emancipatória do intelecto geral. Desde sua juventude, Marx já opunha sua compreensão materialista da história ao espírito (*Geist*) hegeliano. Nesse sentido, Marx sintetiza, no prefácio da sua *Contribuição à crítica da Economia Política* de 1859, que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que, inversamente, determina sua consciência” (MARX, 2003, p. 5).

Assim, crer que o intelecto geral possa ser o catalisador da emancipação humana representa a adesão a uma perspectiva idealista, portanto, distante da realidade. Os limites da razão iluminista são bem conhecidos pelo menos desde o século XIX.

Conhecimento e Educação, nos limites históricos do capitalismo, adquirem uma forma social particular, uma “existência social” (MARX, 2013, p. 142) subordinada à força coercitiva das relações sociais impostas pelo capital. Revolucionar a sociabilidade vigente e superar o modo de produção capitalista é tarefa a ser conduzida fundamentalmente na esfera do trabalho humano, eterno *locus* da produção e da reprodução da vida, com suas contraditórias relações sociais.

Referências bibliográficas

- BABBAGE, Charles. **On the Economy of Machinery and Manufactures**. London: Charles Knight, 1832.
- BELLOFIORI, Riccardo; STAROSTA, Guido; THOMAS, Peter D. (orgs.). **In Marx's Laboratory: Critical Interpretations of the Grundrisse**. Leiden: Koninklijke Brill NV, 2013.
- BOLAÑO, César Ricardo. Processo de trabalho e crítica do trabalho imaterial sobre o intelecto geral, comunicação e conhecimento. In: Encontro Nacional de Economistas Marxistas, 2007, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: UFPR, 2007.
- BOLAÑO, César Ricardo. Sobre intelecto geral, capital, comunicação e conhecimento: uma leitura dos Grundrisse. **Revista de Economia**. v. 34, número especial. 2008.
- BRIGGS, Asa; CALLOW, John. **Marx in London**. London: Lawrence and Wishart, 2008.
- FERGUSON, Adam. **An Essay on the History of Civil Society**. 5th edition. London: T. Cadell, W. Creech & J. Bell, 1782.
- GORZ, Andre. **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HANCHER, Michael. From Street Ballad to Penny Magazine: 'March of Intellect in the Butchering Line'. In: BRAKE, L.; BELL, B.; FINKELSTEIN, D. (Orgs.). **Nineteenth-century Media and the Construction of Identities**. London: Palgrave, 2016.
- HARD, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HEINRICH, Michael. The 'Fragment on Machines': A Marxian Misconception in the Grundrisse and its Overcoming in Capital. In: BELLOFIORE, R.; STAROSTA, G.; THOMAS, P. D. (orgs.). **In Marx's Laboratory: Critical Interpretations of the Grundrisse**. Leiden: Koninklijke Brill NV, 2013.
- HODGSKIN, Thomas. **Popular Political Economy: Four lectures delivered at the London Mechanics Institution**. London: Tait, 1827.
- ISAACSON, Walter. **Os inovadores: uma biografia da revolução digital**. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.
- LAZZARATO, Maurizio. Immaterial Labour. In: VIRNO, P.; HARDT, M. (orgs.). **Radical Thought in Italy: A Potential Politics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- MANDEVILLE, Bernard. **The Fable of the Bees or Private Vices, Publick Benefits**. Oxford: Clarendon Press, 1732.
- MARQUES, Rodrigo Moreno. Polarization of information and knowledge: a dialectical approach. **International Review of Information Ethics**, v. 26, 2017.
- MARQUES, Rodrigo Moreno. A atualidade de Marx diante do trabalho na era digital. In: RASLAN FILHO, G.; VISIBELI, J. (orgs.). **Comunicação, desenvolvimento, trabalho: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

- MARQUES, Rodrigo Moreno; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. **Polarização do Conhecimento na era da informação: o Vale do Silício como exemplo**. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.7, n.1, 2014.
- MARQUES, Rodrigo Moreno; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Voices from Silicon Valley expose the polarization of knowledge in the information age. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 21, 2019.
- MARX, Karl. **Capital: A Critique of Political Economy - Volume III**. New York: International Publishers. 1894.
- MARX, Karl. **O Capital, Livro I: capítulo VI (inédito) de O capital**. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1978.
- MARX, Karl. Carta de Marx à Engels, 8 de dezembro de 1857. In: MARX, K., ENGELS, F. **Collected Works**, v. 40, London: Lawrence & Wishart, 1983a.
- MARX, Karl. Carta de Marx à Lassalle. 12 de novembro de 1858. In: MARX, K., ENGELS, F. **Collected Works**, v. 40, London: Lawrence & Wishart, 1983b.
- MARX, Karl. Economic Manuscript of 1861-1863. In: MARX, K., ENGELS, F. **Collected Works**, v. 30, London: Lawrence & Wishart, 1994a.
- MARX, Karl. Economic Manuscript of 1861-1863. In: MARX, K., ENGELS, F. **Collected Works**, v. 34, London: Lawrence & Wishart, 1994b.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. Manuscritos de 1861-1863 Fragmento de “a mais-valia relativa - acumulação”. In: ROMERO, D. **Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863**. São Paulo: Expressão Popular. 2007.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política, Manuscritos de 1861-1863, Cadernos I a V, Terceiro Capítulo – O capital em geral**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010a.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo. 2012.
- MARX, Karl. **O Capital - Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital - Livro III**. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MEHRING, Franz. **Karl Marx: A história de sua vida**. São Paulo: Sundermann, 2014.
- MOULIER-BOUTANG, Yan. **Cognitive Capitalism**. London: Polity Press, 2011.
- OWEN, Robert. **Essays on the Formation of the Human Character**. Manchester: Hartley and Walker. 1837.
- PASQUINELLI, Matteo. On the origins of Marx’s general intellect. **Radical Philosophy**, v. 2.06, 2019.
- PAULA, João Antônio de (org.). **O Ensaio Geral: Marx e a Crítica da Economia Política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. Intelecto Geral. In: MARQUES, R. M.; RASLAN, F.; MELO, F.; KERR PINHEIRO, M. M. (orgs.). **A Informação e o Conhecimento sob as Lentes do Marxismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica: estudos dos manuscritos de 1861-1863**. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2001.

THE LONDON MAGAZINE. **Education of the people**. Third series, v. 1, April-July. 1828.

THOMPSON, William. **An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth Most Conducive to Human Happiness, Applied to the Newly Proposed System of Voluntary Equality of Wealth**. London: Longman, 1824.

URE, Andrew. **The Philosophy of Manufactures: or An Exposition of the Scientific, Moral, and Commercial Economy of the Factory System of Great Britain**. London: Charles Knight. 1835.

VERCELLONE, Carlo. From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism. **Historical Materialism**, v. 15, n. 1, 2007.

VIRNO, Paolo. Citazioni di fronte al pericolo. **Luogo comune**, v. 1, n. 1, 1990.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Adilson Vaz Cabral Filho

Professor Titular da Universidade Federal Fluminense, com atuação no Dep. de Comunicação Social e no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano. Bolsista de Produtividade de Pesquisa do CNPq - nível 2 (2021-2024). Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ (2022-2025). Docente do Programa de Estudos pós-graduados em Política Social de 2008 a 2019. Coordenador do Curso de Comunicação Social da UFF (2016-2020). Tem pós-doutorado em Comunicação na Universidade Carlos III de Madrid (2013) e é Doutor em Comunicação Social (2005) e Mestre em Comunicação Social (1995) pela Universidade Metodista de São Paulo. Graduado em Comunicação Social, habilitação Publicidade e Propaganda, pela UFF (1992). Coordenador do grupo de pesquisa EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência. Integra o LaPA - Laboratório de Pesquisa Aplicada do PPGMC-UFF e o grupo de pesquisa Comuni - Núcleo de Estudos em Comunicação Comunitária e Local. Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ (2013-2016). Professor visitante da Universidade Adis-Adria, em Klagenfurt, Áustria (2020). Diretor da ABPCom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (2017-2019). Associado da ULEPICC Brasil e Presidente da entidade (2014 a 2016). Vice coordenador da Seção de Comunicação Comunitária da IAMCR - International Association of Media and Communication Research (2012-2016). Autor de livros e artigos em Políticas de Comunicação, com ênfase em Comunicação Comunitária, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas de comunicação, democratização da comunicação, apropriação social das TICs, comunicação comunitária e digitalização das comunicações.

Alain Herscovici

Possui graduação em Administration - Ecole Supérieure de Commerce Damiens (1978), graduação em Economia - Université de Picardie (1978), mestrado em Economia - Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (1980), doutorado em Economia - Université de Picardie (1992) e doutorado em Economia - Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (1983). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Economia, mais especificamente nos seguintes temas: Epistemologia e Metodologia Econômicas, História do Pensamento Econômico, Economia da Cultura, Economia da Informação, Law and Economics, Economia do Bem-Estar, Macrodinâmica e Economia Institucional.

Anderson David Gomes dos Santos

Professor adjunto-C da unidade Santana do Ipanema/Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Vice coordenador do Grupo de Trabalho de Economia Política das Comunicações da Associação Latino-Americana de Investigadores em Comunicação (ALAIIC). Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Autor do livro "Os direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro de Futebol" (Editora Appris, 2019). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Crítica da Economia Política da Comunicação (Cepcom/UFAL/CNPq) e da Rede Nordestina de Estudos em Mídia e Esporte (ReNEme). Tem experiência nas áreas de Comunicação Social e Filosofia, com ênfase na Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura. Atua principalmente nos seguintes temas: economia política da comunicação, futebol, televisão, transmissões esportivas e políticas públicas de comunicação.

Arthur Coelho Bezerra

Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela UFRJ, com pós-doutorado também pela UFRJ. Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e bacharel em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com bolsa de produtividade do CNPq e bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ). Vice representante da América Latina no International Center for Information Ethics (ICIE). Coordenador do grupo de pesquisa Estudos Críticos em Informação, Tecnologia e Organização Social (Escritos). Membro do grupo de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i), do Laboratório em Rede de Humanidades Digitais (LaRHuD) e da Rede de Competência em Informação (Rede CoInfo). Coordenador do GT5 (Política e Economia da Informação) do ANCIB e do GT7 (Estudos Críticos em Ciência da Informação) da ULEPICC-Brasil. Foi pesquisador visitante da Université Toulouse Jean Jaurès, professor substituto da UFJF e professor colaborador da UFRJ. Autor do livro *Cultura ilegal: as fronteiras morais da pirataria* (2014), coautor de *iKRITIKA: estudos críticos em informação* (2019) e coorganizador de *Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis* (2022).

Bianca Rihan

Professora Adjunta do Departamento de Processos Técnico-Documentais e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO - UFRJ). Mestra em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel e licenciada em História também pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência com pesquisas sobre ditaduras latino-americanas, movimentos sociais de resistência e sobre mediações de linguagens locais como tecnologias para o desenvolvimento e a transformação social. Áreas de interesse: informação, memória e documento; teoria e epistemologia da informação e do documento; economia política da informação, da comunicação e da cultura; memória, cultura e patrimônio.

Carlos Leonor Lourenço de Souza Filho

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Atualmente é colaborador no projeto de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Membro ULEPICC-Brasil (União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura – Capítulo Brasil)

Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho

Jornalista, Mestre em Comunicação e Doutor em Sociologia. Professor Permanente do Mestrado Profissional em Economia da Universidade Federal de Sergipe (PROPEC/UFSE). Coordenador do Grupo de Pesquisa de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura da Intercom. Secretário-Geral da União Latina da Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura - Brasil (Ulepicc-Brasil). Membro do Grupo de Trabalho de Economia Política da Comunicação, Informação e Cultura do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clasco). Tem como interesses de pesquisa a Economia Política da Internet, Algoritmos, Inteligência Artificial e suas consequências para o Mundo do Trabalho; e a intersecção entre a Economia Política da Comunicação e as Teorias do Jornalismo a partir da categoria trabalho. Realizou pesquisa de pós-doutorado sobre coletivos de mídias a partir da interdisciplinaridade entre as Teorias dos Movimentos Sociais e a Economia Política da Comunicação.

César Ricardo Siqueira Bolaño

Possui graduação em Comunicação Social Com Habilitação Em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (1979), mestrado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1986) e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1993). Atualmente é professor Titular da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Teoria Geral da Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, economia, economia política, informação e telecomunicações.

Chalini Torquato

Professora Escola de Comunicação da UFRJ/ECO. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA (PósCom), onde concluiu seu mestrado, como bolsista da Capes. Graduada em Comunicação Social/Rádio e TV pela UFS. É coordenadora do Núcleo de Pesquisa Gênero, Mídia e Potências Subversivas (SUBVERSA) e integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC/UFRJ), do Grupo de Estudos Formas de Habitar o Presente. É coordenadora geral do projeto de extensão Semana da Diversidade da UFRJ (2017 e 2019). Organizou o e-book Mídia e diversidade: caminhos para reflexão e resistência, publicado em 2018 pela editora Xeroca e é autora do livro Radiodifusão e Telecomunicações: o paradoxo da desvinculação normativa no Brasil (2010). Em 2012, cursou o Annenberg-Oxford Media Policy Summer Institut, na University of Oxford, e realizou estágio sanduíche na Universidade do Minho, integrando o Projeto A Regulação dos Media em Portugal: o Caso da ERC, como bolsista da Capes. Foi coordenadora do curso de Pós-Graduação de Assessoria em Comunicação Pública no Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e professora no Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE) e Faculdade Sergipana (FASER). Desenvolveu tese de doutorado intitulada Democratização da comunicação: discussão teórico-conceitual e análise comparada de ambientes regulatórios para o setor de televisão nos países do Mercosul (2014). Pesquisa Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, democratização e direito à comunicação, mídia e cidadania, diversidade, subversões normativas, mídias pública e comunitária e políticas públicas de comunicação, no Brasil e países da América Latina.

Cristiano Anuniação

Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília; mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e graduado em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor substituto do curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Tem experiência em jornal impresso diário, revista e internet. Foi repórter do G1 - o Portal de notícias da Globo. Na pesquisa, tem interesse pelos seguintes temas: teorias da comunicação e do jornalismo, metodologias de pesquisa em comunicação e jornalismo, história da pesquisa em jornalismo, história do jornalismo, processos de produção noticiosa e ensino de jornalismo. É criador e editor do ComunicoLog, site de notícias da área acadêmica de Comunicação.

Daniella Alves de Melo

Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação. Bacharela em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas. Tecnóloga em Designer Gráfico. Graduanda em Arquivologia. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia, Comunicação e Informação (GEPSCI). Possuindo experiência profissional no ramo Editorial e de Design Gráfico. Áreas de interesse: Ciência da Informação, Práticas Informacionais, Competência Crítica em informação, Relações Públicas, Design Gráfico e Editorial, Marketing e Cultura Digital.

Edvaldo Carvalho Alves

É Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2000), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2002) e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2007). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação (DCI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde leciona, desenvolve e orienta pesquisas nas áreas da Sociologia e da Ciência da Informação, com ênfase em: Sociologia e Economia Política da Informação, comunicação e Cultura, Metodologia da Pesquisa em Ciência da Informação e Práticas Informacionais.

Fernando José Reis de Oliveira

Graduado em Economia pela Universidade Católica do Salvador, Mestre em Economia Brasileira pela UFBA e Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC (SP), vinculando-se ao Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia - CISC como docente-pesquisador. Atualmente é Professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Diretor do Departamento de Letras e Artes (DLA) da UESC, professor do Curso de Pós-Graduação em Gestão Cultural e dos cursos de Graduação em Comunicação Social-Habilitação em Internet, Rádio e TV, e do curso de Línguas Estrangeiras com Negociações Internacionais-LEA; Diretor do Departamento de Letras e Artes (DLA) da UESC, biênio 2020-2022, e reconduzido para nova gestão departamental, biênio 2022-2024. É docente-pesquisador e coordenador do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Mídia da UESC, com registro no Diretório de Pesquisa do CNPQ, desde 2015. Em 2019 associou-se à Ulepicc-Brasil, com passagem pelo Conselho Fiscal da entidade e atualmente respondendo pela Coordenação do GT4 - Políticas culturais e economia política da cultura. Professor mais de 30 anos, atuando em diversas instituições de ensino superior, a saber: PUC-SP, UFBA/IHAC, Universidade Mackenzie (SP), Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP), Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. Como profissional de mercado, foi alto executivo do Banco do Brasil por 22 anos, ocupando cargos na Diretoria de Agribusiness, Gerência Nacional de Cooperativismo, Consultoria Técnica da Presidência do BB, em Brasília, Coordenador da Assessoria de Imprensa na Superintendência do Banco do Brasil em São Paulo, e por fim Produtor Cultural no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) em São Paulo, onde desenvolveu e produziu projetos culturais na área de dança, música e literatura, ciclo de conferências e manifestações da cultura popular brasileira.

Gabriela Andrietta

Possui graduação em Relações Internacionais, Faculdades de Campinas (2012). Mestre pelo programa de pós-graduação em Estudos Culturais da EACH (Universidade de São Paulo – USP). Doutorado em Artes da Unesp/SP em andamento. Pesquisa políticas culturais para a exibição de cinema no Brasil.

Jaqueline Suarez Bastos

Mestre em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com bolsa pela Capes. Pesquisa comunicação alternativa, com foco na mídia independente, tencionando as fronteiras entre autonomia e sustentabilidade econômica. Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em 2018. Profissionalmente, atua como jornalista na comunicação comunitária há, pelo menos, três anos. Tem experiência com produção e edição de conteúdo multimídia, análise e relatoria de impactos digitais. Atua ainda como produtora independente e vídeo documentarista

Jonas C. L. Valente

Pesquisador de pós-doutorado no Oxford Internet Institute (Universidade de Oxford). Doutor em Sociologia pela UnB (2019), com a tese "Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais", indicada ao Prêmio Capes de teses, menção honrosa no Prêmio UnB de Teses. Mestrado em Comunicação pela mesma instituição (2009) e graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Brasília (2003). Doutorado sanduíche no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (2017). Foi professor da Faculdade de Comunicação da UnB, do Instituto de Educação Superior de Brasília. Jornalista da Empresa Brasil de Comunicação. Vice-líder do Laboratório de Pesquisa em Economia, Tecnologia e Políticas de Comunicação da UFC e pesquisador do Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília (Lapcom-UnB), do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho da UnB (GEPT-UnB) e do Observatório de Economia e Comunicação da UFS (OBSCOM). Editor-assistente da Revista Eletrônica Internacional da Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (Éptic). Autor dos livros Regulação democrática dos Meios de Comunicação (2013), Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais (2021) e From online platforms to digital monopolies: technology, information and power (2021). Áreas de interesse: políticas de comunicação, plataformas digitais, governança da internet e tecnologias da informação e comunicação.

Jonathan da Silva Souza

Bacharel em Comunicação Social (Rádio e Televisão) e pós-graduando em Gestão Cultural pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Atuou como repórter, produtor e editor de som na Rádio UESC; recenseador no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); assistente de comunicação no setor de Mídia e Produção da Editus (Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz); consultor do Projeto MobCidades - Mobilidade, Orçamento e Direitos no Instituto Nossa Ilhéus (INI) e assessor de comunicação parlamentar no Gabinete do Vereador Vinícius Alcântara, no Poder Legislativo de Ilhéus. Atualmente, é voluntário do Instituto Nossa Ilhéus e membro do Conselho Municipal da Cidade de Ilhéus.

José Raphael Sette

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, FAU-UFRJ. Foi agraciado com o prêmio menção honrosa ARQUISUR Aroztegui de Universidades e Escolas Públicas do Mercosul, pelo trabalho de conclusão de curso de graduação, no ano de 2014. Foi estudante de intercâmbio do curso de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Nacional Autónoma de México-UNAM, 2010. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ, com ênfase em economia política da urbanização, história econômica do trabalho e teorias críticas da urbanização. É doutorando bolsista CAPES em Planejamento Urbano e Regional pelo PPG.PUR, IPPUR-UFRJ. Integra o Grupo de Pesquisa Espaço e Poder, CNPq, coordenado pelo professor Carlos A. Brandão, e o grupo Red del Desarrollo Socioeconómico Espacial Latinoamericano-REDSLA, da CLACSO

Josir Cardoso Gomes

Doutor em Ciência da Informação no PPGCI/IBICT/UFRJ. Possui mestrado em ADMINISTRAÇÃO pelo IBMEC/RJ e graduação em TECNOLOGIA EM PROCESSAMENTO DE DADOS. Atualmente é sócio diretor do INSTITUTO RDX DE ENSINO. Especialista na área de Ciência da Computação, com ênfase em Desenvolvimento de Sistemas de Informação, atuando principalmente nos segmentos de banco de dados, mineração de dados, software livre, web services, arquitetura orientada a serviços e computação em nuvem. Dissertação de Mestrado foi laureada com o prêmio RIOInfo - Melhores Teses de Engenharia de Software do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2007.

Juliana Ferreira Marques

Doutoranda em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). Mestre em Gestão de Organizações Aprendentes (MPGOA/UFPB - 2014). Especialista em Assessoria de Comunicação pela Universidade Potiguar - UNP (2013). Graduada em Comunicação Social - Rádio e TV pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Assessora de comunicação da Universidade Estadual da Paraíba desde 2008. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPsi-UFPB). Representante da UEPB no Programa de Combate à Desinformação do Supremo Tribunal Federal (STF). Coordenadora do polo de João Pessoa do curso de Docência em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Espírito Santo (2021 até o presente). Representante dos técnicos-administrativos da UEPB no Conselho Superior Universitário, Consuni-UEPB (Biênio 2019/2021). Áreas de interesse: Desinformação, Práticas Informacionais, Comunicação Pública, Educomunicação, Educação, Gestão Pública. Gestão de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.

Kátia Morais

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (PósCom/UFBA), com estágios doutorais no Communication and Media Research Institute (CAMRI) da Universidade de Westminster (Inglaterra) e no Department of Radio-Television-Film (RTF) da Universidade do Texas em Austin (Estados Unidos), este último com bolsa sanduíche da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), lotada no Colegiado de Comunicação Social- Relações Públicas, Departamento de Ciências Humanas (DCH1). É membro permanente do Comitê de Iniciação Científica da mesma instituição. Atualmente desenvolve pesquisa sobre relações entre política audiovisual, indústria de mídia e produção independente. Integra os grupos de pesquisa Interfaces (UNEB) e Comunicação, Política e Redes Midiáticas- CP-Redes (PósCom/UFBA). Áreas de interesse: Economia Política do Audiovisual; Mídia global; Indústrias de mídia; Políticas de comunicação.

Lia Calabre

Graduada em História pela Universidade Santa Úrsula (1988), mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (1999), Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2002). Foi pesquisadora Titular da Fundação Casa de Rui Barbosa, coordenadora do setor de políticas culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (2003-2019). Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (2015-2016). Organizadora do Seminário Internacional de Políticas Culturais (2010-2019). Integrante da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão. Professora do Mestrado Profissional Memória e Acervos da FCRB (PPGMA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (PPCULT-UFF). Professora colaboradora nos MBAs de Gestão Cultural e Produção Cultural da FGV-RJ e UCAM. Proponente colaboradora na Maestría en Políticas Culturales (CURE/Universidade de La República do Uruguai e da Especialização Lato Sensu em Cultura e Educação da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil). Autora de livros, artigos e materiais didáticos, nacionais e internacionais, sobre políticas culturais. Tem experiência na área de políticas culturais, história cultural e política, com ênfase em Políticas Públicas de Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas de cultura, política cultural, gestão cultural.

Manoel Dourado Bastos

Professor Adjunto de Comunicação, Cultura e Sociedade na Universidade Estadual de Londrina. Doutor em História e Sociedade pela Unesp (Assis) - com bolsa da Fapesp. Possui graduação em Comunicação, com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Brasília (2001) e mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea (na linha Estudos da Imagem e do Som) pela mesma Universidade de Brasília (2004). Concluiu em 2010 um pós-doutorado em História Social do Trabalho pela Universidade Federal de Santa Catarina. Coordena o Laboratório CUBO - Comunicação e Crise do Capitalismo, na Universidade Estadual de Londrina. Atualmente, é diretor científico da União Latina da Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura - Brasil (Ulepicc-Brasil). É membro da editoria da Revista Eptic. Coordena o Grupo de Pesquisa de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura da Intercom. Tem experiência na área de docência no ensino superior e pesquisa acadêmica, atuando principalmente nos seguintes temas: economia política da informação, comunicação e cultura; comunicação e crise do capital; indústria cultural e experiência brasileira.

Marcelo Rangel

Jornalista, produtor e gestor cultural. Mestre em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFS), na linha de pesquisa Cultura, Economia e Políticas da Comunicação. Membro do Grupo de Pesquisa Observatório de Economia Política da Comunicação e da Cultura (OBSCOM-CEPOS). Graduado em Comunicação Social (UFS) e pós-graduado em Gestão e Políticas Culturais (Universidade de Girona/Itaú Cultural). Como pesquisador e profissional, atua na perspectiva das relações entre cultura e desenvolvimento em diferentes dimensões, com experiência em formulação, execução, curadoria e avaliação de projetos de culturas populares, patrimônio cultural, teatro, artes visuais, música, audiovisual e formação/capacitação de agentes culturais. Foi diretor de programas e projetos do Instituto Banese/Museu da Gente Sergipana (2013-2017), onde executou ações de articulação institucional e captação de recursos para a ação cultural. Como secretário adjunto de estado da cultura de Sergipe (2007-2013), atuou na formulação e gestão de políticas públicas. Antes disso, implementou e coordenou o Espaço Cultural Yázigi Aracaju (1998-2007). Atualmente é discente de Letras Inglês na UFS, buscando aproveitar a fluência no idioma na perspectiva de atuação em tradução literária e literatura comparada.

Marcos Francisco Urupá Moraes de Lima

Marcos Francisco Urupá Moraes de Lima é jornalista, formado pela Universidade Federal do Pará em 2003. É advogado, formado pela UNAMA - Universidade da Amazônia, em 2009. Coordenou o Projeto Nacional de Inclusão Digital Casa Brasil, foi Diretor da Fundação Paraense de Radiodifusão - Funtelpa, exercendo função de Diretor de Marketng, Diretor da TV Cultura do Pará e do Portal Cultura. É pós-graduado lato-sensu pela Fundação Escola de Sociologia e Política - FESPSP em Gestão e Políticas Públicas e doutorando da linha de Políticas de Comunicação e Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília - UnB, com objeto de estudo focado em internet.

Marta Alencar

Doutoranda em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Gestão de Marketing Digital pelo Centro Universitário Uninovafapi (2014). É graduada em Comunicação Social pela Faculdade de Ciências da Saúde, Exatas e Jurídicas de Teresina (2012). Fundadora da COAR (Startup Jornalística e Educacional de Debunking e Fact-checking no Nordeste), do Podcast E-COAR e do Projeto Educacional de Cursos Livres, COAR EDUCA. É membra do

Laboratório de Investigação de Cyber-happening (LIC) da Unisinos. Em 2021, participou do Programa de Primeira Residência do Projeto Comprova (trabalho colaborativo que reúne 40 veículos de comunicação, coordenado pela Abraji), sendo a única representante do Piauí. E também foi a única vencedora do Piauí entre 80 projetos selecionados no Brasil para o programa 'Acelerando a Transformação Digital', iniciativa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), do Projeto Meta Jornalismo e do Centro Internacional para Jornalistas (ICFJ). em 2022. Atualmente é associada da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI).

Octavio Penna Pieranti

Doutor em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - EBAPE/FGV (2009), mestre em Administração Pública pela mesma instituição (2005) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e em Direito pelo Centro Universitário IESB (2020), com Pós-Doutorado na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília - FAC/UnB (2018) e na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ECO/UFRJ (2021). Professor no Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (PPGMiT/Faac/Unesp). Especialista em regulação de serviços de telecomunicações concursado da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Foi Coordenador de Interações Institucionais e Educação para o Consumo da Superintendência de Relações com os Consumidores da Anatel (SRC/Anatel); Coordenador do GT de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Assessor da Secretaria-Executiva, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação e Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações (MC); Chefe de Gabinete da Presidência da Empresa Brasil de Comunicação (EBC); e Coordenador-Geral de TV e Plataformas Digitais da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAv/MinC). Pesquisador Emérito do Núcleo de Estudos de Administração Brasileira (ABRAS/UFF) e do Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia, Educação e Criatividade (Lecotec) da FAAC/UNESP. Autor/organizador de nove livros.

Patrícia Maurício

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio. Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ (2011), Mestre (2001) e Graduada em Comunicação Social, habilitação Jornalismo (1985) pela mesma universidade. É professora do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio desde 1998, foi coordenadora-adjunta de Graduação de setembro de 2018 a setembro de 2020, foi coordenadora do curso de Jornalismo de abril de 2016 a setembro de 2018 e hoje é coordenadora de Inclusão. É líder do Grupo de Pesquisa Economia Política da Comunicação da PUC-Rio/CNPq (EPC PUC-Rio/CNPq) e membro do Grupo de Pesquisa em Economia Política da Comunicação do Intercom. É membro da equipe editorial da revista acadêmica internacional Eptic. Foi diretora de Relações Institucionais da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura Capítulo Brasil (Ulepicc/BR) na gestão 2018-2020. Publicou o livro Conflitos na TV digital brasileira (Editora PUC-Rio/Apicuri, 2012). Sua pesquisa no mestrado foi sobre jornalismo, tema que permanece estudando. Ao pesquisar sobre TV digital no doutorado, ampliou seu campo de estudos para as mídias e plataformas digitais, sua regulação, impactos no jornalismo, condições de produção, contexto socioeconômico e seus reflexos sobre o conteúdo. Dirigiu sua carreira para a área acadêmica após trabalhar como jornalista em algumas das principais redações de jornal (O Globo e O Dia), rádio (Jornal do Brasil AM) e televisão (Bandeirantes) do Rio de Janeiro, tendo atuado neste período como repórter especial, chefe de pauta e chefe de reportagem.

Paulo Emílio Matos Martins

Doutor em Administração de Empresas (EAESP/FGV, 1999). Mestre em Administração Pública (EBAP/FGV, 1987). Pós-Graduação (lato sensu): Administração de Projetos (EIAP/FGV, 1970); Economia Internacional (United Nations University/FESP, 1986); Política e Governo (Universidade do Texas - Austin, USA, 1989). Estágios Profissionais: Planejamento e Controle de Projetos (Foster Wheeler Corporation - Houston, TX, USA, 1974) e Gestão de Projetos e Controle de Custos (Foster Wheeler Corporation - Livingston, NJ, USA, 1979). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd) e Líder do Núcleo de Estudos de Administração Brasileira (ABRAS) da UFF, Professor Visitante das: Universidad Andina Simón Bolívar (UASB, Quito, Equador) e Escuela Politécnica Nacional (EPN, Quito, Equador). Ex-Professor visitante da UFSC e UFPA. Pesquisador em projetos conjuntos com: Universidade Técnica de Lisboa (UTL, Lisboa, Portugal, atual Universidade de Lisboa) e Universidade Lusófona de Humanidades, Tecnologia (ULHT, Lisboa). Atividades pregressas: Professor da EBAPE/FGV; Coordenador do Curso de Mestrado em Administração Pública e Editor dos Cadernos EBAP (EBAP/FGV), Professor e Decano do Departamento de Administração da UFF, Vice coordenador do Curso de Administração e Chefe do Departamento de Administração (FACC/UFF); Professor da FAF/UERJ; Professor na UGF e UNL, Pesquisador do CNPq e da CAPES. Desenhista-Projetista de Arquitetura (Governo do Estado do Pará); Professor de Desenho e Geometria Descritiva no Ensino Secundário (diversos colégios, cursos de vestibular e no Ensino Técnico-Industrial); Engenheiro de Planejamento e de Rigging (Montreal Engenharia S. A.); Engenheiro de Planejamento e Controle de Projetos e Gerente de Projetos (Foster Wheeler Ltda.); Coordenador do Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (FESP/RJ). Conselheiro da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Membro da Academia Paraense de Ciências (Belém - PA) e da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO).

Pedro Aguiar

Jornalista e professor de jornalismo na UFF. Professor-colaborador do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). Doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018), mestre em Comunicação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010) e bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela ECO/UFRJ (2007). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Lógicas de Produção e Consumo no Jornalismo (PPGJor/UEPG) e do Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia política da Informação e da Comunicação (PEIC/UFRJ). Foi professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná, em 2018. Associado à SBPJor e à ULEPICC-Brasil. A tese da qual se desdobra o capítulo neste livro recebeu o Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo, da SBPJor, na categoria Doutorado, em 2019.

Raíssa Sales de Macedo

Bacharel em Comunicação Social com ênfase em radialismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016). Especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO (2018). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ (2020). Integrante do EPA! - Grupo de Pesquisa em Economia Política do Audiovisual. Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Pesquisadora do LEMEP (Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública), do IESP - UERJ.

Raquel de Queiroz Almeida

Jornalista, com graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Doutoranda em Comunicação Social na PUC-Rio. Mestre em Divulgação Científica e Cultural na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi bolsista CAPES, na linha de pesquisa Inovação, Ciência, Tecnologia e Sociedade, onde investigou novos ambientes digitais de produção jornalística. Em 2012, concluiu pós-graduação em Marketing pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração, especialmente com jornalismo online e projetos de conteúdo em meios digitais. Trabalhou por 20 anos em redações de jornais e revistas no Rio de Janeiro e São Paulo. Foi repórter e editora em veículos como Jornal do Brasil, O Dia, Veja, Gazeta Mercantil, Globo.com e O Globo. Desde 2001, estuda e participa de pesquisas em jornalismo online e produtos digitais.

Rayane Silva Rocha

Estudante da graduação de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema/Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Rodrigo Moreno Marques

Mestre e doutor em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG, com período sanduíche na Universidade do Estado da Califórnia nos Estados Unidos. Realizou pós-doutorado na Universidade de Londres no Reino Unido e na Faculdade de Educação da UFMG. Atualmente é professor da ECI (UFMG), onde é membro do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Membro da ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação), onde ocupou o cargo de Coordenador do Grupo de Trabalho 5 (Política e Economia da Informação). Membro da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC-Brasil) onde ocupa o cargo de Diretor de Relações Científicas. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação (GEPMTE). Editor Adjunto da Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (Revista Eptic). Editor Adjunto da Revista Trabalho & Educação (FaE/UFMG). Sua linha de pesquisa emprega as lentes da Economia Política para apreender as dinâmicas socioeconômicas que conformam os contextos nos quais a informação, a comunicação e a cultura têm centralidade. Investiga também alguns aspectos das políticas de informação contemporâneas, que incluem a governança da internet e o enfrentamento do fenômeno da desinformação.

Rozinaldo Antonio Miani

Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade de Mogi das Cruzes (1990), graduação em História pela Universidade de São Paulo (1995), mestrado em Ciências da Comunicação pela USP (2000), doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005) e pós-doutorado pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (2012). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Londrina. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação Popular e Comunitária e Humor Gráfico, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação popular e comunitária, imprensa alternativa, imprensa sindical, história da mídia alternativa, humor gráfico, charge, caricatura, cartum, história em quadrinhos, mundo do trabalho, movimentos sociais e movimentos populares. É coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP) cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Vívian Maria Corneti de Lima

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia UFBA, na linha Cibercultura, sob orientação do Prof. Dr. André Lemos. Mestre em Comunicação Social pela UNISINOS na Linha Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação (2014), sob orientação do Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado, com bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Professora Adjunta na Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB. Integrante do Grupo de Pesquisa PROCESSOCOM - Processos Comunicacionais: epistemologia, mediação, mediações e recepção. Servidora pública federal. Cursou MBA em Gestão de Pessoas e graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade de Taubaté. Principais áreas de interesse: comunicação interna; endomarketing; gestão de pessoas; atendimento; inclusão social; cibercultura; cidadania; identidades culturais; tecnologias acessíveis; usos e apropriações da internet.